JOANA DE BEAUNE E A NOVA HISTÓRIA

Beaune's Joan and the New History

Naira de Almeida Nascimento*

BEAUNE, Colette. *Joana d'Arc*. Trad. Marcos Flaminio Peres. São Paulo: Globo, 2006. 421 p.

Muito já se escreveu sobre a heroína francesa, mas coube sem dúvida à historiadora Colette Beaune (1943-) estabelecer uma considerável guinada no âmbito desses estudos.

Dona de um currículo já extenso, iniciado com a publicação de *Naissance de la Nation France* (1985), Colette Beaune distingue-se no campo da História Medieval, especialmente o século XV. Professora aposentada da Universidade de Paris-Nanterre, a biografia sobre Joana d'Arc rendeu-lhe o prêmio do Senado francês na categoria de melhor livro de História, em 2004.

Utilizando-se de uma linguagem acessível ao grande público, de que são prova o formato editorial da publicação original pela francesa Perrin (2004) e da tradução brasileira pela Globo, o empreendimento de Beaune não se pauta, contudo, pelas facilidades tantas vezes entrevistas no gênero biográfico, sobretudo aquelas de enfoque sensacionalista. Também a edição brasileira revela acuidade pelo trabalho de revisão técnica a cargo de Marcelo Rede, ex-professor da Universidade Federal Fluminense.

O estudo conta com dezesseis capítulos, sendo o primeiro deles dedicado à questão das fontes. Além da imensa bibliografia joanina, a autora contou com a análise de atas públicas, numerosas crônicas, tanto francesas como inglesas e borgonhesas, e, sobretudo, com os dois processos, o de condenação (1431) e o de anulação (1456), assim como os memoriais judiciais que intermedeiam os dois processos. No estudo, o processo póstumo de 1456 ganha relevo pela dimensão política que alcança. Se o rei Carlos

* Professora de Literatura na UTFPR (Curitiba). Doutorado em Estudos Literários pela UFPR.

VII foi coroado graças à obstinação da Virgem, sua legitimidade como rei dependeu da imagem associada a ela, daí o interesse em anular a acusação de heresia que decidiu pela condenação de Joana.

A partir do segundo capítulo, segue-se o curso predominantemente cronológico, privilegiando a infância e a adolescência, o percurso da cidade natal até Chinon, a etapa de Orléans e o trecho final com o sacrifício em Rouen. Os capítulos compõem quatro blocos principais.

O primeiro, que focaliza a infância de Joana, mostra-se bastante inovador dentre os estudos joaninos. Oriunda de uma região periférica, quase fronteira ao império germânico, Joana é estigmatizada desde o nascimento pelo “imaginário das fronteiras”. Das margens saem os heréticos e as feiticeiras, segundo inferência do texto. Além disso, sua infância é marcada por práticas associadas ao paganismo, como a crença nas fadas da árvore, uma faia que dominava o imaginário dos habitantes da pequena aldeia e onde se realizavam rituais agrários.

No segundo bloco, dedicado à primeira etapa do périplo de Joana até Chinon, onde se dá o encontro com o rei, a perícia da autora não se mostra menor. A pesquisa retrocede a um tempo anterior à ação de Joana, a fim de demonstrar como a figuração da Virgem já vem formulada antes de seu nascimento, através de inúmeras profecias, o que teria facilitado a sua recepção pelo rei em Chinon. Percebemos também como certas imagens foram sendo aderidas à figura de Joana através do tempo, como é o caso da pastora. Associando elementos naturais como a idade de Joana, sua origem humilde e rural, a imagem da pastora responde bem a projeções religiosas e a utilizações políticas: “Joana foi pastora não porque de fato o fosse ou por referência ao seu nascimento teórico, no dia de Reis [...] ela foi pastora porque era necessário que o fosse.” (p. 112).

O período em Orléans, em que a profecia de Joana é cumprida com a derrota dos ingleses, é o tema do terceiro bloco. Trata-se do período de glória de Joana ou o “ano das maravilhas”. A consagração do rei em Reims assume relevância em ações da Virgem, que entende no ritual a autenticação do reinado de Carlos VII. Nesse item, Beaune conduz um estudo a respeito da figura do rei e de como Carlos VII poderia atender às imagens propostas. Também aborda a guerra e seus instrumentos, além de se deter na representação de franceses e ingleses frente à proximidade da constituição de uma nacionalidade.

O bloco final, centrado na fase de declínio e martírio, entre Paris a Rouen, analisa as demais faces de Joana que vão marcar sua representação até os nossos dias. A abordagem aí se volta para o prisma religioso, sendo os capítulos nomeados por “A herética”, “Santa, maga ou feiticeira?”, para terminar com “Joana depois de Joana”, em que a pesquisadora enfoca os vários “ressurgimentos” da Virgem na pele de outras mulheres, até 1460, quando as circunstâncias políticas e religiosas já eram outras e a era das profecias mingua.

De modo geral, a análise dos simbolismos ligados às representações da herética, da santa ou da feiticeira esclarece tanto sobre a aparente proximidade entre os termos como sobre a sua imensa distinção prática, patente nas santificações ou, caso inverso, nas condenações. Ainda assim, Beaune imprime um painel que destoa do martirológico normalmente aplicado a Joana. Há razões sim, segundo os códigos vigentes, para a condenação como herética, de acordo com o que nos aponta a autora. Como recorda a medievalista: “O sucesso de um indivíduo nessa época não depende do fato de ele ser ele mesmo nem de ser único, mas de aproximar-se do modelo, isto é, de coincidir com ele” (p. 12).

Apesar de respeitar certa cronologia, a pesquisa de Beaune não se aparenta aos modelos da biografia tradicional. Sua filiação deve-se sim à Nova História. O aspecto geográfico que acaba se impondo à simples cronologia, como provam os títulos “De Domrémy a Chinon”, “Orléans”, “De Paris a Rouen”, acaba ditando o tom da pesquisa. Não se pode, por exemplo, desconsiderar a influência da região fronteira onde Joana cresceu e os círculos de poder do Reino da França. Tudo isso coopera na descrição de um quadro de influências políticas, culturais, sociais que perpassam pela figura de Joana. Embora protagonista, Joana não esgota o estudo de Beaune. Sua preocupação insiste na pintura de uma época, num momento histórico, ou seja, o estabelecimento do contexto é plenamente satisfeito.

Mas é justamente a partir desse amplo contexto que surge uma nova Joana d’Arc. Uma personagem complexa, composta por muitas *personas* ou modelos, como quer Beaune: Virgem, pastora, guerreira, meretriz, anjo, heroína, herética, santa, maga e feiticeira. Se a história das mentalidades é pertinentemente evocada ao se pensar na Joana de Beaune, outra associação não deve ficar de todo relegada. Não nos parece descabida a aproximação com a micro-história, enquanto forma de abordagem, ao lado da biografia. A

aproximação pode ser questionada quanto ao fundamento da micro-história: não se pode tomar Joana d'Arc como uma personagem anônima da história. Mas, curiosamente, em vários capítulos do livro, é com tal noção que nos deparamos, a de uma jovem completamente desconhecida pelo grande público. Como aponta a pesquisadora, a situação é paradoxal: uma vasta documentação para uma donzela, laica, "camponesa nascida nas margens do reino em um meio em que a oralidade predomina" (p. 15).

É aqui que parece residir a excelência do estudo de Beaune. O mito Joana d'Arc é destituído para dar lugar a várias interrogações. Não se trata mais da defesa apaixonada da santa ou da heroína francesa, ou, mais propriamente, de uma bandeira, mas de voltar às fontes para questionar o papel das encruzilhadas com que Joana se deparou desde sua infância. Para ficarmos em apenas dois exemplos contrastantes, tomemos o clássico estudo de Jules Michelet e o de Regine Pernaud, um dos mais abalizados e atualizados no assunto. No primeiro, o que se ressalta é a figura icônica da nacionalidade em lugar da tomada biográfica. Já em Pernaud, o discurso não consegue escapar da clara tendência nacionalista e feminista, o que acaba por imprimir um modo de leitura muito próprio. Em Beaune, Joana torna-se uma figura multifacetada, sem privilégio para nenhuma das vertentes. Já no prefácio, a autora alega o desejo de realizar uma síntese, que englobe também os estudos anglo-saxões, em geral, pouco conhecidos pelo público francófono.

Nota-se no trabalho de Beaune um profundo mergulho na época, contando com vasta explanação para os valores considerados em cada período. Diante da carpintaria da pesquisa, pressente-se da parte do estudioso quase uma vontade imperativa de que o objeto ganhe vida e se expresse por suas próprias palavras. Ou seja, o trabalho não se resume à recolha e à análise das fontes, mas parece caminhar no sentido de uma montagem teatral que apenas aguarda a entrada de seus atores, como testemunha o trecho descritivo que mescla elementos da aldeia natal ao imaginário formado pelas novelas de cavalaria:

Na extremidade dessa floresta se encontrava a Árvore das Fadas, visível da casa de Joana. Era uma faia enorme, imensa, muito curvada, muito bonita, cujos galhos, que se inclinam até a [*sic*] terra, formam como que cabanas de sombra espessa. Os galhos baixos eram acessíveis às mãos das crianças. Os visitantes do século XVI, como Montaigne, que a admirou, davam-lhe trezentos anos. Sob a árvore, encontrava-se uma das três fontes do *finage*. (p. 55).

O empréstimo aqui ao campo literário não se pretende aleatório, uma vez que o resultado de tais operações historiográficas permite uma aproximação ao texto ficcional. O que de fato mais incomoda ao atribuímos a um texto a condição ficcional é a contaminação com seu caráter fabulativo, que atinge, segundo algumas concepções, o estatuto de invenção e mentira, opostas, por seu turno, ao fato. No entanto, não se pode discutir a força, a presença de muitos personagens ficcionais, marcando indelevelmente leitores e comunidades. Alguns, inclusive, ousaram transpor a fronteira da ficção e circulam lépidos pelo mundo dos vivos.

Sem buscar aprofundar outros paralelos suscitados pela questão, o que se torna digno de reparo é a constatação de como vários personagens de estudos históricos nas últimas décadas, como o Menocchio, de Carlo Ginzburg, o Martin Guerre, de Natalie Zemon Davis, o Guilherme Marechal, de Georges Duby, ou ainda a Joana, de Colette Beaune, distinguem-se pela sua densidade, ao mesmo tempo em que conseguem atingir um público bem mais vasto que o estritamente acadêmico. Diferentemente das personagens da história convencional, eles parecem não ter sofrido o efeito do engessamento. Quer-se dizer, não cristalizaram como os mitos.

Segundo Mikhail Bakhtin, um dos grandes teóricos em voga, o romance representa o grande gênero da contemporaneidade porque, diferentemente do épico, pautado no mito, no elemento estável, ele é capaz de assumir a forma de todos os outros gêneros, ou seja, está sempre em transformação. Num caminho inverso ao mito, capaz de fossilizar a representação, o que muitos estudos filiados à Nova História e uma parte da produção ficcional romanesca patenteiam é a capacidade de expressar uma dimensão verdadeiramente humana do sujeito.

Para se chegar à composição de uma personagem dessa ordem, parece imprescindível a atenção a outro elemento, o foco narrativo. É notório como a história vista de baixo modificou os parâmetros da história tradicional. Não se trata apenas de um simples deslocamento, mas de uma revolução em termos metodológicos. Descentrar quer dizer abdicar de um centro único de visão. Conseguir deixar a pele do estudioso, sem abdicar do seu conhecimento e rigor, para tentar descortinar o horizonte de leitura (outra importação!) do objeto parece constituir uma das grandes apostas da Nova História. E, mais que isso, assumir a consciência de que, ainda que cruzando as visões do estudioso e de seu objeto de estudo, estaremos longe de esgotá-lo.

Diante de uma Joana que se transmuta em inúmeras faces, seria o caso de perguntar que passos a separam do conceito de obra aberta, sugerida por Umberto Eco, para caracterizar textos que propõem mais de um modo de realização, a depender do seu leitor.

José Saramago, em seu último romance, *A viagem do elefante* (2008), ao se valer de um narrador escriba, que comenta a sua própria descrição de uma personagem, o cornaca Subhro ou Fritz, desabafa:

No fundo, há que reconhecer que a história não é apenas seletiva, é também discriminatória, só colhe da vida o que lhe interessa como material socialmente tido por histórico e despreza todo o resto, precisamente onde talvez poderia ser encontrada a verdadeira explicação dos factos, das coisas, da pura realidade. Em verdade vos direi, em verdade vos digo que vale mais ser romancista, ficcionista, mentiroso. (SARAMAGO, 2008, p. 225).

É evidente que não se trata aqui de ilustrar uma disputa de forças entre a história e a ficção, ao contrário do que insinua o resmungo rabugento do escriba. Mas, o que o extrato nos dá conta é o anacronismo da visão sobre a história se pensarmos em estudos como o de Colette Beaune, que vêm preencher tais lacunas. A isso as próprias palavras da pesquisadora ecoam aquelas do romancista: “Este livro é um estudo de imagens e de lendas, um estudo do não verdadeiro e do não real, se se quiser. O que não é forçosamente nem verdadeiro nem real possui, em história, uma enorme importância.” (p. 11). História das mentalidades, micro-história e história vista de baixo são expressões, em suma, que convergem cada uma a seu modo para as propostas da Nova História.

A Joana que lemos aqui não se mostra menos palpável ou mais distante de nós que o cornaca de Saramago, personagens que alternam momentos de euforia, de delírio, com outros de extrema insegurança. Enfim, é a dimensão humana que se nos apresenta em toda a sua grandeza ou precariedade; qualidades que nos levam a buscar os textos de um grande romancista, ou então, de uma grande historiadora.

Recebido em agosto de 2011.

Aprovado em agosto de 2011.